MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 26/2026)

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.149.617/0001-48, localizada na Rua São Manoel, 140, Centro – Casa da Cidadania, Tubarão/SC, devidamente representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Tubarão, Sra. Heloísa Cabral da Silva, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **xxxxxx**, sediado(a) na Rua **xxxxxxxxxx**, nº **xxxxx**, Bairro **xxxxxxxxxx**, Cidade de **xxxxxxxxxx/xxx**, doravante designado **CONTRATADO(A)**, neste ato, representado(a) por **xxxxxxxxxxx**, inscrito(a) no CPF sob o nº **xxxxxxxxxxxxxx**, Sócio(a) Administrador(a) **OU** Procurador(a), tendo em vista o que consta no Processo nº **26/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **02/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais, bens e insumos necessários ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em decorrência de eventos adversos, situações de emergência e estado de calamidade pública. A presente contratação visa assegurar a estruturação e manutenção de abrigos provisórios, bem como o pronto atendimento às demandas da população afetada, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, em articulação com a Defesa Civil do Município, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do CONTRATADO(A);

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o(a) CONTRATADO(A).

2.2. O(A) CONTRATADO(A) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o(a) CONTRATADO(A) tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a ao Edital.

MATRIZ DE RISCO

3.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

3.2.2.1. RISCOS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

3.2.1. Atraso na entrega dos itens;

3.2.2. Fornecimento de itens fora das especificações;

3.2.3. Fornecimento parcial dos itens registrados;

3.2.4. Baixa qualidade dos itens;

3.2.5. Elevação extraordinária de preços de insumos;

3.2.2.2. RISCOS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

3.2.6. Descontinuidade do atendimento emergencial por falta de materiais;

3.2.7. Estimativa inadequada das quantidades de itens;

3.2.8. Falta de dotação orçamentária para novas aquisições;

3.2.2.3. RISCOS COMPARTILHADOS (GESTÃO COLABORATIVA):

3.2.9. Quebra da equação econômico-financeira por fato superveniente imprevisível;

3.2.10. Variação atípica e imprevisível dos preços de mercado;

3.2.11. Inadimplemento contratual por caso fortuito ou força maior.

3.2.3. OBRIGAÇÕES DAS PARTES NA GESTÃO DE RISCOS

3.2.3.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Adotar todas as medidas preventivas previstas na Matriz de Riscos para evitar a ocorrência dos eventos de sua responsabilidade;

b) Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato, por escrito, qualquer situação que possa configurar a materialização de um risco, indicando as medidas corretivas que pretende adotar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

c) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e capacidade técnica e operacional necessárias ao cumprimento integral do objeto;

d) Arcar integralmente com os custos decorrentes da materialização dos riscos alocados à CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a, substituição de materiais, multas, indenizações e demais ônus previstos no Edital e no Contrato.

3.2.3.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Adotar as medidas preventivas de sua responsabilidade para mitigar os riscos de gestão e planejamento;
b) Fornecer à CONTRATADA as informações e dados necessários à adequada execução do objeto;
c) Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias, nos termos da Cláusula Décima Oitava;
d) Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração nas demandas ou nos quantitativos;
e) Disponibilizar servidor(es) capacitado(s) para exercer a fiscalização e a gestão do contrato.

3.2.4. REVISÃO DA MATRIZ DE RISCOS

3.2.4.1. A Matriz de Riscos será revisada periodicamente pela Comissão de Gestão do Contrato, com o objetivo de atualizar a classificação dos riscos, incorporar novos eventos ou rever as ações preventivas e de contingência.

3.2.4.2. A revisão poderá ser realizada a qualquer tempo, mediante solicitação fundamentada de qualquer das partes, observada a necessidade de garantir a eficiência e a eficácia da execução contratual.

3.2.4.3. As alterações na Matriz de Riscos serão formalizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da modificação, observado o art. 136 da Lei 14.133/2021.

3.2.4.4. A revisão da Matriz de Riscos não implica, por si só, direito a reequilíbrio econômico-financeiro, devendo a CONTRATADA comprovar a efetiva materialização de risco que impacte a equação contratual, nos termos da Cláusula Décima Nona.

3.2.5. RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA

3.2.5.1. A alocação de riscos estabelecida nesta Cláusula não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo, culpa ou má-fé na execução do objeto.

3.2.5.2. O descumprimento das obrigações previstas nesta Matriz de Riscos sujeitará a parte infratora às penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência e no presente Contrato, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos causados.

3.2.5.3. A responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, incorreções ou irregularidades na execução do objeto subsiste mesmo após o recebimento definitivo, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e do art. 126 da Lei 14.133/2021.

3.2.6. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.2.6.1. A presente Matriz de Riscos é parte integrante e indissociável do Contrato, aplicando-se a todas as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços nº __/2026.

3.2.6.2. Em caso de dúvida ou omissão, os critérios de interpretação e as regras de alocação de riscos observarão a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133, de 2021, o Decreto Municipal nº 7.450, de 29 de dezembro de 2023, e o Decreto Municipal nº 7.449, de 29 de dezembro de 2023.

3.2.6.3. Os riscos não previstos expressamente nesta Matriz, mas que venham a ocorrer durante a execução contratual, serão analisados pela Comissão de Gestão do Contrato, que decidirá sobre a alocação e as medidas cabíveis, observados os princípios da isonomia, razoabilidade e eficiência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será permitida a subcontratação parcial, limitada a até 20% (vinte por cento) do valor contratado, mediante prévia autorização da Administração, exclusivamente para atividades acessórias relacionadas ao transporte, logística de distribuição, carga, descarga e apoio operacional.

É vedada a subcontratação do fornecimento dos itens registrados, da gestão contratual, do recebimento das Autorizações de Fornecimento, da coordenação da execução contratual e das demais atividades consideradas essenciais ao objeto.

Permanecerá a contratada integralmente responsável pela qualidade dos produtos fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao(à) CONTRATADO(A) dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao(à) CONTRATADO(A) e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data **xxxxxxxxxx** (**DD/MM/AAAA**), que ocorreu **xxxxxxxxxxxxxxx**.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante provocação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) CONTRATADO(A), de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o(a) CONTRATADO(A), por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido,

total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo(a) CONTRATADO(A);

8.1.5. Efetuar o pagamento ao(à) CONTRATADO(A) do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao(à) CONTRATADO(A) as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo(a) CONTRATADO(A);

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo(a) CONTRATADO(A) no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) CONTRATADO(A) com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do(a) CONTRATADO(A), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

9.1. O(A) CONTRATADO(A) deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as

despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, *além das previstas no Termo de Referência*.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o(a) CONTRATADO(A) deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do(a) CONTRATADO(A);

9.5.4. certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.28. Os produtos rejeitados pela fiscalização em razão de desconformidade, avaria, validade inadequada ou qualquer outra irregularidade deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da notificação, sem qualquer ônus para a Administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo(a) CONTRATADO(A).

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do(a) CONTRATADO(A) eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do(a) CONTRATADO(A) orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O(A) Contratado(a) deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o(a) Contratado(a) atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O(A) Contratado(a) deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não será exigida garantia de execução contratual, tendo em vista a natureza do objeto e o baixo risco associado à contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Edital/Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ASSINATURA DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Fixa-se o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinatura do instrumento contratual.

13.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do(a) CONTRATADO(A):

13.3.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. (art. 131,caput,da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo(a) CONTRATADO(A), reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de

2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do(a) CONTRATADO(A) decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o(a) CONTRATADO(A) mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O(A) CONTRATADO(A) é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os recursos para atendimento da presente demanda correrão à conta do orçamento municipal vigente, podendo ser provenientes de recursos próprios e/ou vinculados, conforme a natureza da despesa e a disponibilidade orçamentária.

15.2. As despesas serão empenhadas de forma vinculada à demanda, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF), observando-se a dotação orçamentária

específica vigente no momento da contratação, conforme registro no sistema contábil do Município.

15.3. As dotações orçamentárias serão indicadas no ato de cada empenho/AF, conforme a necessidade de execução, respeitando-se a classificação orçamentária adequada à finalidade da despesa.

15.4. Caso a execução contratual ultrapasse o exercício financeiro vigente, serão observadas as dotações dos exercícios subsequentes, mediante previsão nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais e formalização por apostilamento, quando necessário.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitado pela CONTRATADA quando ocorrerem fatos supervenientes à contratação, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que impactem significativamente a equação econômico-financeira inicialmente pactuada, na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalizado por escrito, mediante protocolo no sistema 1Doc, contendo:

a) Justificativa detalhada e fundamentada, com a indicação expressa do fato superveniente que enseja o pedido e sua relação de causalidade com o desequilíbrio;

b) Demonstração analítica da variação de custos, com comparativo entre a planilha original (data da proposta) e a situação atual;

c) Documentos comprobatórios idôneos, tais como notas fiscais, orçamentos, tabelas de preços oficiais, publicações especializadas ou outros meios que evidenciem a alteração de custos.

18.3. O pedido será analisado pela Administração, por meio dos setores técnico e jurídico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período.

18.4. Caberá à CONTRATADA o ônus probatório da ocorrência do fato superveniente e da efetiva repercussão nos custos contratuais, não sendo admitidos pedidos de reequilíbrio:

a) Fundados exclusivamente na atualização de planilhas de custos sem comprovação da elevação efetiva de insumos;

b) Decorrentes de erro, omissão ou má gestão da CONTRATADA na formulação de sua proposta;

c) Decorrentes de variação inflacionária ordinária, que será tratada por meio de reajuste, nos termos da Cláusula Sétima;

d) Quando não comprovada a imprevisibilidade ou a incalculabilidade das consequências do evento alegado;

e) Decorrentes de flutuação cambial, quando a CONTRATADA não tiver comprovado a aquisição de insumos em moeda estrangeira;

f) Baseados em aumento de tributos que tenham sido previamente considerados na planilha de custos.

18.5. O deferimento do reequilíbrio será formalizado por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, e produzirá efeitos a partir da data do evento que lhe deu causa, vedada a retroatividade a período anterior à ocorrência do fato.

18.6. O eventual indeferimento do pedido de reequilíbrio não afasta o direito da Administração de, por sua própria iniciativa, revisar os preços quando constatar a necessidade de manter o equilíbrio contratual, mediante decisão fundamentada.

18.7. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido exclusivamente em relação aos insumos comprovadamente afetados pelo fato superveniente, vedada a majoração automática de toda a planilha de custos.

18.8. A solicitação de reequilíbrio não suspende a execução contratual, devendo a CONTRATADA continuar cumprindo suas obrigações durante a análise do pedido, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

18.9. O valor reequilibrado não será considerado para fins de reajuste anual, observando-se a data da proposta original como marco inicial para a contagem do interregno mínimo de 12 (doze) meses, nos termos da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Tubarão/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pelas partes contratantes.

Tubarão/SC, [data da assinatura eletrônica].

HELOISA CABRAL DA SILVA:02160564974
Assinado de forma digital por HELOISA CABRAL DA SILVA:02160564974
Dados: 2026.08.28 15:37:53 -03'00'

HELOÍSA CABRAL DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CONTRATADO(A)
Representante legal

TESTEMUNHAS:

1-

2-